

POPKEWITZ, Thomas S. Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor. Porto Alegre: Artmed, 2001. 158p.

Resenha de Thiago L. S. de Oliveira; Silene G. A. Veloso: Lutando em Defesa da Alma: a política de ensino e a construção do professor. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

A discussão acerca do currículo e da escola (como lócus de sua concretização) traz consigo importantes reflexões sobre poder, discurso e pedagogia. Algumas delas estão aqui colocadas no sentido de explicitar as imbricadas e complexas forças presentes na realização de um currículo, que muitas vezes determina a função social da escola que, em última análise, contribui enormemente para a construção da identidade dos sujeitos.

Historicamente, as escolas e os currículos não foram necessariamente criados para ampliar e fortalecer o capital cultural de todas as classes e de todas as comunidades. Mas, ao contrário, para privilegiar conhecimentos, costumes e valores de determinados segmentos mais poderosos da população, contribuindo ideologicamente para a formação da sociedade discriminatória que vivemos até os dias atuais.

O conhecimento selecionado e organizado para veiculação na escola, nunca foi e continua não sendo neutro. É fruto da seleção de conteúdos, princípios e valores que provém de grupos hegemônicos da sociedade. Assim, torna-se importante compreender porque o conhecimento desses grupos é sempre primeiramente representado nas escolas e, que interesses sociais, políticos e ideológicos ou seja, que critérios orientam a seleção e formatação do currículo. Interesses econômicos e ideológicos incorporaram compromissos com estruturas e políticas educacionais que contribuíram historicamente para a promoção das desigualdades sociais. Daí a importância do papel da escola na manutenção (ou não) de significados.

Nesse sentido, é importante contextualizar que a escola precisa ser compreendida através das relações que estabelece com outras instituições da sociedade. Instituições também poderosas econômica, política e socialmente. Essas instituições produzem desigualdades de poder e de acesso a recursos.

É fundamental salientar que as desigualdades podem ser, muitas vezes, reforçadas e reproduzidas na escola e pela escola. Através de suas atividades pedagógicas e curriculares, procedimentos de avaliação, o “discurso” por ela veiculado, na formação de docentes ou até mesmo e principalmente através das atividades cotidianas, a escola desempenha um papel importante na manutenção, senão na criação dessas desigualdades.

A temática do papel da escola como certificadora das desigualdades sociais é abordada por Thomas S. Popkewitz em seu livro “Lutando em Defesa da Alma”. O autor argumenta sobre o funcionamento da pedagogia nesse cotidiano da escola como uma prática para legitimar os padrões educacionais de “normalidade” e “diferença” na sala de aula.

Através da análise e avaliação do “*Teach for América*”, um programa alternativo para a formação de professores nos Estados Unidos, Popkewitz (2001) discute como as linguagens de “ajuda” às crianças “diferentes”, utilizadas pelos professores do programa, incorporavam formas de raciocínio sobre elas e sobre o ensino “adequado” a essas crianças. A investigação não tratou de quem atinge o sucesso ou o fracasso ou como o sucesso/fracasso acontecem e sim sobre os sistemas de raciocínio incorporados nas maneiras como ocorre a referência ao sucesso dos “normais” e ao fracasso dos “diferentes”.

A educação é produtora de separações que geram um terreno desigual. E as estratégias pedagógicas são construções de diferentes espaços sociais para as crianças. A pedagogia através do currículo, das matérias escolares, avaliação, plano de aula e outros mecanismos, viabiliza o discurso “velado da diferença” e formam o professor e a criança competentes e qualificados para a participação cidadã como também desqualificados para tal. São estratégias da pedagogia “solicitadas” para a transformação das comunidades “desiguais” em “iguais”.

No tocante ao conhecimento pode-se utilizar o mesmo raciocínio. O conhecimento se relaciona de forma intrínseca com as relações de poder, sobretudo no que se refere ao controle do “real”, ou seja, nas adequações e dinâmicas daquilo que é realidade, e também na validação para que essa mesma realidade seja aceita como verdade enquanto discurso sociopolítico. O discurso não é algo axiomático, mas sim socialmente construído. O mesmo raciocínio é válido para o discurso pedagógico. Um exemplo elucidativo acerca da prática discursiva é a escola como instituição. Para alguns a escola representa a maior tradução da construção democrática, para outros é

a representação máxima da coerção social, e os seus currículos e práticas instrumentos de controle que legitimam o *status quo*. É necessário então refletir acerca da legitimação e da validação do discurso pedagógico, principalmente investigando quem este conhecimento representa. O discurso possui um caráter dual, sobretudo no que tange a dinâmica do poder. Pode se referir tanto a capacidade de ação efetiva, dentro de uma perspectiva direta e impositiva, como também pode ser considerado uma ação coletiva e cidadã. Dentro dessa perspectiva as massas populares devem ser inseridas na ampliação das ações críticas para uma inserção realmente democrática.

Popkewitz ao deitar seu olhar sobre o *Teach For America*, sobretudo no que concerne a concretude de sua ação pedagógica percebe que práticas que qualificam e desqualificam os educandos em termos sociais são patentes. Para o autor a distinção entre urbanidade e ruralidade só se aplica em âmbito geográfico. Apesar das diferenciações físicas o discurso pedagógico em sua realidade prática não apresenta grandes distinções, ou seja, é socialmente combinado. Percebe-se que a construção linguística da urbanidade e da ruralidade apesar de se constituir como uma oposição geográfica é pautada em sua construção teórica pelos mesmos sistemas e idéias pedagógicas. Percebe-se então uma homogeneização do discurso pedagógico, onde muitas vezes o respeito ao diferente se torna instrumento retórico.

Essa concepção do conhecimento e do currículo como objetos da lógica supõe que os conteúdos curriculares são dissociados dos indivíduos que têm apenas a função de compreendê-los e afasta a idéia do sujeito na construção desse conhecimento. Esse tratamento dado às matérias escolares de forma fixa e inflexível, permite um deslocamento da pedagogia para as subjetividades das crianças que devem ser “salvas”. Assim, as crianças que têm as disposições certas conseguem aprender e, assim, obtêm a “redenção”, “integridade” através dos seus sucessos, enquanto aquelas que não possuem tais qualidades estão perdidas.

O livro didático aparece como mais um instrumento da concretização de um currículo que deve ser assimilado por todos. O livro transforma-se no próprio instrumento de transmissão do currículo. Porém, o que ocorre é que via livro didático transmite-se um currículo fragmentado tanto em termos da divisão das matérias escolares quanto dos próprios textos de uma mesma matéria que aparecem “pinçados” de suas fontes. É a distribuição dos “fragmentos de conhecimento”.

Na realidade os livros didáticos enquanto reprodutores do conhecimento oficial incorporam uma tradição seletiva, ou seja, privilegia a visão de um determinado grupo social, desconsiderando outros. O livro didático de certa forma é uma forma eficiente

de informar as gerações futuras sobre as formas ideológicas de uma determinada sociedade. É importante salientar que o livro didático enquanto símbolo e representação social e cultural, não é a expressão de todo corpo social, mas sim a visão de um grupo específico. O livro didático se insere em um campo de disputas políticas e econômica, portanto passível as inerências mercadológicas. O controle, a coerção social e a dominação cultural estão presentes desde a escolha dos eixos curriculares e conteúdos até as demandas de impressão e distribuição.

“Lutando em defesa da alma” tem como preocupação principal inserção das minorias nos debates acerca do currículo e da construção dos materiais didáticos na alteração do panorama da organização e disseminação do conhecimento. Vários grupos lutam para que suas perspectivas e olhares sejam introduzidos na dinâmica da legitimação do conhecimento, sobretudo nos livros e textos didáticos. Obviamente a inserção dessas mesmas minorias perpassa apenas a simples menção, o que de fato só confirma o processo de dominação, a inserção real só irá ocorrer através da participação desses grupos minoritários na construção e formulação de materiais pedagógicos.